



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA
Secretaria Nacional de Meio Ambiente Urbano, Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental

MEMÓRIA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CONASQ

Data: 25 de fevereiro de 2025.

Local: Sala 824, sede do MMA, Esplanada dos Ministérios, Brasília/DF

Coordenação da Reunião: Adalberto Maluf (MMA) e Aristeu Júnior (MS)

Relatoria: Daniele Procópio (MMA)

1. Abertura e aprovação da pauta:

O Sr. Adalberto Maluf (MMA), coordenador da Conasq, abriu a reunião, dando boas-vindas a todos. Informou que os membros do GT-RoHS foram convidados a participar da reunião.

Em seguida, passou-se à aprovação da pauta. O Sr. Adalberto Maluf (MMA), coordenador da Conasq, informou que os convites com a Pauta foram enviados no dia 31/01. A pauta foi reencaminhada no dia 12 de fevereiro, com ajustes referentes aos horários.

Relembrou que na 3ª Reunião Ordinária havia ficado encaminhado que a coordenação convidaria o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) para fazer apresentação do PRONARA, por solicitação dos representantes da sociedade civil. O tópico foi inserido na pauta, porém quem fará a apresentação será uma representante da Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO).

Também como encaminhado na 3ª Reunião Ordinária, o representante da Sociedade Brasileira de Química (SBQ) apresentaria proposta de Termo de Referência para dar continuidade ao mandato do GT Substâncias Químicas em Plásticos. Esse tema também foi inserido na pauta.

A proposta de pauta foi submetida à aprovação.

O representante do MDIC, Whashington Bonini, solicitou que o ponto de pauta referente à análise e aprovação da proposta de Resolução Conama elaborada pelo GT-RoHS fosse retirado, ressaltando a necessidade de tempo para analisar a proposta de texto.

A representante da Toxisphera, Zuleica Nycz, falou que o objetivo seria encaminhar a minuta elaborada pelo GT-RoHS ao CONAMA sem editá-la. Destacou que o produto gerado pelo grupo de trabalho estava bem amadurecido e democrático. Lembrou que a próxima reunião ordinária da Conasq seria somente em junho, e se posicionou favoravelmente à aprovação da minuta.

O representante da Fundação Santo André, Tasso Cipriano, falou que as principais entidades do setor participaram ativamente da construção da Resolução. Falou que as regras contidas na proposta de resolução são muito transparentes e alinhadas às práticas internacionais.

Fernanda Pirillo, representante da Casa Civil, propôs que a pauta fosse aprovada, com a ressalva de que o MDIC não gostaria de deliberar sobre o tema. Falou que quando esse ponto fosse discutido, o desconforto do órgão em relação ao assunto seria mais bem compreendido.

O representante da CNI, Wanderley Baptista, indicou que esse tópico não deveria ser retirado da pauta.

A representante do Ibama, Mariana Nakashima, falou que os pontos de divergência do GT foram discutidos em fóruns separados, exemplificando o caso do capítulo sobre fiscalização, o qual foi extensivamente discutido. Destacou o empenho do GT em chegar a um consenso.

Seguindo, a representante da Toxisphera, Zuleica Nycz, solicitou a inclusão de um informe sobre a reciclagem química de plásticos para uso do material reciclado em alimentos.

O Sr. Adalberto Maluf (MMA), coordenador da Conasq, submeteu a pauta à aprovação, nos termos sugeridos pelas representantes da Casa Civil e da TOXISPHERA. Com isso, a pauta ficou aprovada com a ressalva no ponto sobre Análise e aprovação da proposta de Resolução Conama elaborada pelo GT-RoHS e com o acréscimo solicitado na seção de informes.

2. Aprovação da Memória da 3ª Reunião Ordinária

As memórias foram aprovadas sem alterações de redação.

3. Renovação do mandato do GT Substâncias Químicas em Plásticos

O coordenador da Conasq contextualizou, relembrando que o Grupo de Trabalho (GT) foi formado em 2024 para subsidiar o debate para a situação brasileira no processo de elaboração do tratado sobre plásticos. No entanto, o INC não conseguiu chegar a um consenso, tendo o representante da SBQ apresentado proposta de Termo de Referência (TdR) para dar continuidade ao mandato do GT.

O Termo de Referência foi encaminhado no dia 14 de fevereiro, com prazo para devolutiva até 21 de fevereiro. A Anvisa enviou sugestões de pequenos ajustes nas seções de objetivos e resultados do GTT.

O representante da SBQ, Walter Waldman, explicou o TdR do GT. Comentou sobre a necessidade de dar continuidade ao trabalho desenvolvido no ano anterior, destacando que o levantamento das substâncias químicas em plásticos não foi finalizado. Relembrou que uma das lacunas do trabalho do GT foi a correlação da Nomenclatura Comum do Mecosul (NCM) com o CAS. Comentou, ainda, sobre a necessidade de aprimorar o fluxograma aprovado pela Conasq.

A representante da ABIQUIM, Camila Hubner, disse entender que o trabalho já foi feito e a proposta entregue, porém indicou compreender a necessidade de algum tipo de levantamento de dados. Alegou não entender, no âmbito do grupo de trabalho, qual o produto que ainda precisaria ser entregue.

O representante da SBQ, Walter Waldman, lembrou que o primeiro GT tinha como produto o apoio ao corpo diplomático, sendo a consequência o término das discussões. Como as discussões ainda não foram finalizadas, essa necessidade ainda persiste.

A representante da Toxisphera, Zuleica Nycz, questionou a ausência de calendário de reuniões no TdR.

O coordenador da Conasq explicou que a quantidade de reuniões necessária para o cumprimento das atividades era incerta.

A representante da Toxisphera, Zuleica Nycz, solicitou, então, que a coordenação e a vice-coordenação fossem estabelecidas; com isso, ficou decidido que o MMA será responsável pela coordenação do grupo de trabalho e a SBQ pela vice-coordenação.

Não havendo pedidos de alteração do texto na plenária, a minuta do Termo de Referência foi aprovada.

4. Análise e aprovação da proposta de Resolução Conama Elaborada pelo GTT-RoHS

O *coordenador da Conasq* introduziu o tema relebrando que o GTT foi criado em março de 2024, com mandato inicial de 6 meses, o qual foi prorrogado por mais 6 meses. Dos 40 membros do GT-RoHS, 17 eram representações da indústria brasileira. O GTT foi finalizado após 10 reuniões oficiais.

O normativo foi construído de forma colaborativa. Nas reuniões, discutiu-se artigo por artigo. Inicialmente, o GTT possuía uma posição mais restritiva em relação aos prazos de adaptação, mas, após ouvir as considerações da indústria, flexibilizou o texto em mais um ano.

Foi dada a palavra à *Diretora de Qualidade Ambiental do MMA, Thaianne Resende*, para apresentar o produto obtido pelo grupo de trabalho.

Sobre a construção do normativo, a *Diretora* informou que a experiência internacional foi considerada e discutida ao longo das reuniões, sendo a RoHS Europeia a maior, porém não a única, fonte de base técnica para a elaboração do normativo. A RoHS Chinesa também foi amplamente debatida pelos membros do grupo.

Explicou a estrutura da resolução: (1) Capítulo I – Disposições Gerais; (2) Capítulo II – Restrições e Isenções; (3) Capítulo III – Cadastro e Autodeclaração de Conformidade; (4) Capítulo IV – Obrigações dos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes; (5) Capítulo V – Informação e comunicação; (6) Capítulo VI – Fiscalização e disposições gerais.

Comentou brevemente sobre cada capítulo, destacando as substâncias listadas e a importância das isenções para os usos nos quais não é possível haver substituto ou que os possíveis substitutos sejam mais perigosos para a saúde e para o meio ambiente. Falou, também, sobre a autodeclaração de conformidade e sobre a necessidade de existir um cadastro informatizado.

Detalhou a representação do GTT: 5% da sociedade civil, 7% da comunidade acadêmico científica, 39% do governo e 49% da indústria.

Apresentou um fluxo (Anexo) dos marcos importantes para a implementação da norma, destacando o horizonte de tempo para adequação das empresas e para a publicação dos atos normativos complementares à Resolução.

Finalizada a fala da *Diretora*, o *Coordenador da Conasq* explicou que a Comissão decidiria apenas sobre encaminhar ou não a proposta elaborada no âmbito do GTT para o CONAMA. Falou que a resolução ainda seria debatida no Conselho, passando por suas câmaras técnicas e pela consulta pública.

Explicou que a Comissão iria debater a manutenção desse ponto de pauta após ouvir seus conselheiros.

O *representante da CNI, Wanderley Coelho*, disse estar confortável e de acordo com o texto discutido, destacando a importância da isonomia no setor, entre importadores e exportadores. A *Diretora de Qualidade Ambiental do MMA, Thaianne Resende* explicou que este ponto foi endereçado pelo GTT.

A representante da Fundacentro, Patrícia Dias, fez um relato, destacando que a proposta foi amplamente debatida pelo GT, tendo os representantes do grupo, inclusive os da indústria, saído da última reunião satisfeitos com o texto acordado. Reforçou que eventuais ajustes poderiam ser feitos no Conama e disse que o texto que sair da Conasq não seria definitivo, mas, sim, o produto de meses de trabalho.

A representante da Toxisphera, Zuleica Nycz, disse não haver necessidade de esperar e destacou a importância da norma para proteger grupos vulneráveis. Reforçou que no Conama ainda haveria espaço para discussões.

O representante da Fundação Grupo Esquel Brasil, Rubens Born, disse que o conteúdo da norma parecia estar bem elaborado, mesmo que pudesse haver necessidade de alguns ajustes. Destacou o artigo 225 da Constituição Federal na sua fala e disse que, se a proposta estivesse madura o suficiente para ser encaminhada ao Conama, não haveria necessidade para postergar o processo.

O representante do MDIC, Washington Bonini, lembrou que a minuta de Resolução havia sido encaminhada para os membros da Conasq na semana anterior à reunião, tendo sido feita uma análise superficial do texto. Destacou que houve uma mudança de contexto fundamental com a publicação da Lei 15.022/2024, que estabelece o inventário nacional e a avaliação e o controle de risco das substâncias químicas utilizadas, produzidas ou importadas no território nacional. Demonstrou preocupação sobre uma possível sobreposição com o mecanismo decisório de análise estabelecido pela Lei. Também falou sobre uma possível sobreposição de competências entre os órgãos no âmbito da gestão de substâncias químicas no Brasil; destacou a existência de normas dispersas e disse que a Lei 15.022/2024 sistematiza melhor o assunto. Falou, ainda, que poderiam ser feitas reuniões extraordinárias para tratar do tema, não sendo necessário esperar pela próxima reunião ordinária.

O representante do MDIC, Washington Bonini, explicou não estar se manifestando contra o conteúdo da norma; destacou apenas de questões formais, procedimentais e de interpretação política da legislação. Disse que a deliberação poderia ocorrer numa reunião futura para que os pontos levantados fossem endereçados. Mencionou, por fim, a racionalidade e a legalidade, princípios constitucionais da legislação.

O coordenador da Conasq esclareceu que a Lei trata do controle de substâncias químicas, enquanto a proposta de resolução versa sobre os produtos, mas que o Comitê de Integração de Políticas Ambientais (CIPAM/Conama) fará a análise de admissibilidade da proposta.

Feitas as considerações, o coordenador da Conasq abriu uma votação nominal para as instituições se manifestarem sobre a postergação ou não do debate. As instituições se manifestaram da seguinte maneira:

Instituição	Posição sobre a postergação da deliberação
ABEMA	Ausente
ANAMA	Contrário
ANVISA	Abstenção
ABIQUIM	Favorável
ACPO	Contrário

Casa Civil	Favorável
CETESB	Contrário
CNI	Contrário
Conselho Federal de Química	Contrário
CRQ 1ª Região	Contrário
FIOCRUZ	Ausente
Fundação Grupo Esquel Brasil	Contrário
Fundação Santo André	Contrário
FUNDACENTRO	Contrário
IBAMA	Contrário
INMETRO	Abstenção
MAPA	Abstenção
MCTI	Ausente
MDIC	Favorável
MJSP	Ausente
MMA/SECEX	Contrário
MME	Ausente
MPF	Contrário
MPT	Contrário
MRE	Abstenção
MS	Contrário
Ministério dos Transportes	Ausente
Ministério do Trabalho	Ausente
Sindicato das indústrias de produtos químicos de SP	Contrário
SBQ	Contrário
TOXISPHERA	Contrário

151 Com isso, o pedido de retirada do ponto de pauta foi rejeitado.

152 Passou-se, então, à votação da submissão da proposta ao CONAMA. O MDIC se absteve
153 da votação; as demais instituições presentes foram favoráveis.

154 Com isso, foi aprovada a submissão da proposta de Resolução Elaborada pelo GTT-RoHS
155 ao Conama.

156 **5. Apresentação do Diagnóstico Nacional atualizado do P2R2**

157 O *coordenador da Conasq* contextualizou, explicando que o P2R2 se refere ao Plano
158 Nacional de Prevenção, Preparação e Resposta Rápida a Emergências Ambientais com Produtos
159 Químicos Perigosos.

160 O *coordenador da Conasq* precisou ausentar-se momentaneamente da reunião, ficando a
161 condução a cargo do vice-coordenador, o representante do *Ministério da Saúde, Aristeu Júnior*.

O *vice-coordenador da Conasq* deu prosseguimento à reunião. Falou que o P2R2 foi criado em 2004, após constatada a dificuldade de articulação das instituições no atendimento à emergência ambiental provocada pelo rompimento de uma barragem de rejeitos da indústria de celulose em Minas Gerais.

O plano teve destaque quando foi criado porém sofreu de algumas dificuldades, e a fragilidade se intensificou com o Decreto nº 9.759/2019, que extinguiu as Comissões criadas por decreto, o que afetou diretamente a Comissão Nacional do P2R2, que ainda hoje se encontra extinta.

Foi dada a palavra à *Diretora de Qualidade Ambiental do MMA, Thaianne Resende*, para fazer a explicação inicial do tema.

A *Diretora* apresentou o histórico, o funcionamento e a estrutura da antiga Comissão Nacional do P2R2, ressaltando que o trabalho com emergências ambientais se trata de um ciclo que se repete toda vez que ocorre um acidente, sendo importante a articulação rápida entre os órgãos.

Em seguida, foi dada a palavra ao *analista ambiental do MMA, Thiago Valente*, para apresentar o panorama do P2R2 no Brasil.

O *analista ambiental* explicou que o diagnóstico foi feito com o objetivo de entender as dificuldades que os estados têm enfrentado. Para isso, foi encaminhado um formulário para as Secretarias de meio ambiente e para os órgãos da Defesa Civil. Foram obtidas 35 respostas de 21 Unidades da Federação (UFs), sendo 15 participações advindas do Corpo de Bombeiros Militar, 10 de Entidades Estaduais de Meio Ambiente, 3 da Defesa Civil e 7 das Secretarias de Meio Ambiente.

Foi constatado que 13 UF's possuem Comissão Estadual de P2R2, enquanto 8 não possuem; 6 UF's não disponibilizaram essa informação. Das Comissões estaduais existentes, 62% encontram-se em funcionamento; os outros 38% foram descontinuadas. Apenas as Comissões do Rio de Janeiro e São Paulo indicaram possuir uma linha orçamentária própria.

Foram expostas as principais dificuldades enfrentadas pelas Comissões Estaduais em funcionamento, com destaque para problemas relacionados à articulação interinstitucional, alta rotatividade de membros e dificuldade de conciliação das atividades da Comissão e da instituição de origem. Foram levantadas as ações essenciais para o sucesso da implementação e da manutenção das Comissões, enfatizando-se a necessidade de treinamento, equipamento, apoio nas aquisições e nos planos de emergência.

Dentre as respostas recebidas, 91% indicaram haver necessidade do reestabelecimento de uma instância nacional do P2R2; dentre as ações esperadas do Governo Federal, destacou-se o seguinte: (1) capacitação; (2) financiamento; (3) regulação; (4) coordenação; (5) apoio no atendimento; (6) desenvolvimento de manuais.

O *analista ambiental do MMA* conclui a apresentação informando que, de forma geral, houve grande dificuldade por parte dos estados em informar sobre o funcionamento do P2R2 em seus territórios, refletindo-se, em alguns casos, em respostas equivocadas ou ausência de respostas.

6. Aprovação do GTP-P2R2

O *vice-coordenador da Conasq* lembrou que a minuta do termo de referência do GT-P2R2 foi encaminhada para os representantes da Comissão no dia 05 de fevereiro; informou que foram recebidas sugestões de alteração ao texto do Ministério da Saúde na seção de objetivos.

As sugestões enviadas pelo Ministério da Saúde foram apresentadas na plenária e, não havendo objeções ou novos pedidos de alteração do texto, a criação do GTP P2R2 foi aprovada. O MMA enviará ofício aos membros, a fim de que possam manifestar interesse em compor o grupo e indicar seus representantes.

7. Relatos das atividades dos GTs

O *Sr. Adalberto Maluf (MMA)*, coordenador da *Conasq*, retornou à reunião.

7.1 GTT RoHS

Foi dada a palavra à *Diretora de Qualidade Ambiental do MMA, Thaianne Resende*, para relatar o progresso das atividades do GTT.

A *Diretora* agradeceu a participação, empenho e dedicação de todos. Na última reunião do GTT, além da proposta de normativa RoHS, parte dos atos complementares foram concluídos, no entanto, alguns pontos ainda serão conversados e ajustados com os atores afetos. A Análise de Impacto Regulatório (AIR), documento essencial para a tramitação de propostas de Resolução no Conama, encontra-se em processo de conclusão pela equipe técnica, tendo sido seguido todo o rito legal.

A *Diretora* falou não ser preciso continuar com o grupo de trabalho no momento. Informou que haverá um processo de acompanhamento da Resolução no Conama, com relatos na plenária.

4.5 GTP Minamata

Foi dada a palavra à *Coordenadora-geral de substâncias químicas do MMA, Camila Boechat*, para relatar o progresso das atividades do GTP.

A *Coordenadora-geral* informou que a 5ª reunião do GT-Minamata ocorreu dia 10 de fevereiro de 2025. Durante o encontro, foram apresentadas as ações para a implementação da Convenção de Minamata e as atualizações dos projetos a serem aprovados. No GEF há um projeto de médio porte para gestão adequada do mercúrio apreendido nas ações de fiscalização do Ibama.

Além disso, o Ibama apresentou sua nova Instrução Normativa, a IN nº 26, de 10 de dezembro de 2024, norma mais abrangente que a anterior, de 2015, que possuía apenas 10 artigos. A nova norma estabelece as exigências e os procedimentos de controle ambiental da importação, exportação, comércio, transferência, reciclagem, recuperação, uso e transporte de mercúrio metálico, bem como a destinação de resíduos de mercúrio em território nacional. A nova IN enfatizou que quem compra mercúrio deve exigir o (Documento de Operações com Mercúrio Metálico (DOMM) do vendedor, que é responsável por solicitar a autorização ao Ibama.

Na última reunião da *Conasq* havia sido solicitada a inclusão de um relato sobre a RDC 879/2024, da Anvisa, sobre amálgamas de mercúrio, como ponto de pauta no GT. No entanto, o ponto não foi abordado no GT pois não havia nenhum representante que pudesse falar sobre isso

durante a reunião. Portanto, esse tópico ficou pendente para a reunião seguinte, prevista para ocorrer no dia 27 de maio.

4.5 GTP BRS

Foi dada a palavra à *Diretora de Qualidade Ambiental do MMA, Thaianne Resende*, para relatar o progresso das atividades do GTP.

A *Diretora* informou que a última reunião do grupo de trabalho ocorreu no dia 06 de fevereiro. O grupo continua trabalhando com foco nos temas relacionados à Efetividade da Convenção de Roterdã e à substituição da Sulfluramida no Brasil.

A Convenção das Partes de Basileia, Roterdã e Estocolmo ocorrerá entre os dias 28 de abril e 09 de maio. O Ministério das Relações Exteriores já coordena as reuniões com os órgãos e instituições que farão parte da delegação brasileira, para consolidar o posicionamento do País durante o evento. Os pontos discutidos têm sido o posicionamento das instituições de governo em relação às substâncias que serão discutidas na COP BRS e a efetividade da Convenção de Roterdã.

4.5 GTP Educação em Segurança Química

Foi dada a palavra à *representante da Fundacentro, Patrícia Dias*, coordenadora do GTP, para relatar o progresso das atividades.

O GTP se reuniu uma vez. Os membros decidiram que a vice-coordenação do Grupo ficaria com a Associação Brasileira da Indústria Química (ABIQUIM); a relatoria foi dividida entre a coordenação e a vice-coordenação.

Na reunião, foi feita uma introdução dos membros e uma apresentação resumida do Termo de Referência. As primeiras reuniões do grupo serão quinzenais, para a estruturação do plano de trabalho do GT e estipular entregas e prazos. As demandas relacionadas ao tema estão represadas e será importante o GTT direcionar o foco de trabalho.

A *coordenadora do GTP* falou que, na reunião, foi pontuada a necessidade de uma representação dos trabalhadores, e solicitou que possíveis indicações fossem feitas para suprir essa necessidade. Os membros do GTP também identificaram a necessidade de divulgação do grupo de trabalho; o CRQ-SP se dispôs a fazer a comunicação necessária para suprir essa demanda.

Foram levantados temas de atenção: acidentes ocorridos com mercúrio, misturas de agrotóxicos e misturas de produtos químicos de limpeza domésticos, e a necessidade de orientar a comunidade em como agir nessas situações.

A segunda reunião do GT deve ocorrer no dia 07 de março.

4.5 GTT Regulação de Substância Químicas

Foi dada a palavra à *Coordenadora-geral de substâncias químicas do MMA, Camila Boechat*, para relatar o progresso das atividades do GTT.

A *Coordenadora-geral* informou que o GTT Regulação se reuniu três vezes em 2025. Na primeira reunião, ocorrida em 10 de janeiro, a coordenação do GT fez uma apresentação sobre a Lei 15.022/2024, destacando seus principais artigos e os pontos que precisam ser abordados no Decreto Regulamentador.

O GTT foi dividido em subgrupos para todos colaborarem com o desenvolvimento dos dispositivos específicos de cada matéria a ser tratada no Decreto: (1) detalhamento das exclusões da Lei; (2) cadastro e inventário; (3) novas substâncias químicas; (4) avaliação de risco; (5) medidas de gerenciamento de risco e priorização; (6) cooperação regulatória; (7) testes em animais; (8) taxa; e (9) subgrupo para criação do fluxograma do Decreto.

O GTT tem avançado na escrita do Decreto regulamentador. As próximas reuniões vão ocorrer nos dias 26 e 27 de fevereiro.

7. Apresentação do Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos (PRONARA)

O *Coordenador da Conasq* lembrou que este ponto de pauta foi uma solicitação da sociedade civil durante a 2ª reunião ordinária da Conasq.

Foi dada a palavra à *Secretária-Executiva da Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO)*, para fazer apresentação sobre o Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos (PRONARA).

A construção do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO) dialoga com as prioridades do atual governo, quais sejam, combate à fome e à má nutrição, superação das desigualdades sociais e mitigação e adaptação às mudanças climáticas. Está ligada à transformação dos sistemas alimentares, cujos aspectos centrais giram em torno da ecologia e manejo dos agroecossistemas, da igualdade e justiça, da dimensão cultural da alimentação e agricultura e da saúde humana.

O PLANAPO III, estabelecido em 2024, conta com a participação de 14 ministérios, sendo estruturado em 7 eixos que organizam e articulam 26 objetivos específicos e 197 iniciativas. A *Secretária-Executiva* explicou que, dentro dos objetivos específicos, há a implementação do PRONARA.

Com a retomada do PLANAPO, foi possível estabelecer uma subcomissão temática que trabalhou, entre julho e dezembro de 2024, através de reuniões, seminários e oficinas, na revisão das iniciativas desenvolvidas até então no tema. Com isso, em 03 de dezembro de 2024, durante o Fórum Nacional de Combate aos Agrotóxicos do Ministério do Trabalho, foi entregue uma minuta de Decreto para propor a implementação do PRONARA.

A *Secretária-Executiva* explica que este é o cenário atual: os órgãos receberam a minuta e a CNAPO coordenada reuniões bilaterais com os ministérios que possuem atribuições de implementar o Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos. Informou que a perspectiva é que até o final de maio as reuniões com todos os ministérios envolvidos sejam finalizadas. O passo seguinte seria conduzir as negociações formais que envolvem a análise técnica e jurídica do documento.

O *representante da ACPO, Jeffer Castello Branco*, solicitou que, se possível, o documento fosse encaminhado para os conselheiros da Conasq.

A *Secretária-Executiva da Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica* informou que no dia seguinte haveria reunião com o MMA sobre o tema e que a solicitação poderia ser avaliada. Mencionou que isso já é feito com colegiados parceiros da iniciativa, a exemplo do Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal (CONCEA).

8. Apresentação dos projetos do MMA em segurança química

8.1 Novo Projeto do GFC

O Coordenador da Conasq falou que o MMA submeteu proposta ao board do Global Framework on Chemicals (GFC) – no total, 150 propostas foram submetidas.

Agradeceu a colaboração das instituições que enviaram carta de endosso ou colaboraram com a escrita do projeto: Sociedade Brasileira de Química (SBTox), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (IBAMA) Sociedade Brasileira de Química (SBQ), Associação Brasileira da Indústria Química (ABIQUIM) e Fundação Santo André (FSA).

O MMA aguarda agora a avaliação do Board sobre as propostas apresentadas.

8.2 Projeto do Special Programme: Fortalecimento da capacidade institucional para o gerenciamento Ambientalmente Adequado de Substâncias Químicas no Brasil

Camila Gontijo, Gerente do Projeto do Special Programme, foi convidada para fazer a atualização do progresso das atividades.

Lembrou que o projeto é composto por quatro etapas: (1) fortalecimento institucional; (2) estudo de benchmarking – análise de sistemas; (3) construção e integração do sistema de gestão de químicos, com quatro módulos; e (4) formação, envolvendo cursos.

No momento, o termo de referência da etapa dois já está publicado e aceitará inscrições até o dia 12 de março. A previsão de contratação é março de 2025 com previsão de finalização da etapa em agosto de 2025.

8.3 Projeto PCB Responsável

Angélica Griesinger, Gerente do Projeto PCB Responsável, foi convidada para fazer a atualização do progresso das atividades e dos resultados do projeto.

Relatou que 7 empresas têm licença para fazer a destinação de PCB no Brasil: 2 de incineração e as demais de descontaminação química. No âmbito do projeto, a empresa selecionada para fazer a destinação de PCB deverá apresentar documento com o cálculo de volume a ser tratado e o desconto do apoio financeiro a ser recebido do projeto.

O projeto estrutura-se em duas etapas:

- 1ª etapa – acordo com o PNUD
- 2ª etapa – contrato das operações: (1) dossiê inicial (documentação para autorização de operação pelo projeto); (2) dossiê final (comprovação da destinação e pagamento do apoio financeiro)

Angélica Griesinger falou sobre os critérios de avaliação do acordo, citando as certidões e licenças exigidas, além dos documentos operacionais e de gestão obrigatórios. Falou também dos elementos que devem constar na proposta técnica e financeira. Destacou que as análises dos documentos serão feitas por lote de PCB a ser destinado.

Foram apresentados os dados prévios do inventário: (1) quantidade total de PCB a destinar – 348.668 toneladas; (2) quantidade total de PCB já destinado – 254.698 toneladas; (3) inventários submetidos ao Inventário Nacional de PCBS – 613; e (4) empresas cadastradas no sistema do inventário – 829.

A *Gerente do Projeto PCB* lembrou os questionamentos feitos durante a 3ª Reunião Ordinária da Conasq: visitas técnicas, testes de queima e dados sobre o PCB destinado – tecnologia utilizada.

Sobre as visitas técnicas, comunicou que essas operações ainda não foram iniciadas, porém, havendo interesse, esse tópico poderá ser melhor discutido no futuro. Em relação aos testes de queima, especificamente sobre os resultados, explicou tratar-se de documentos das empresas protegidos por sigilo. Destacou, no entanto, que o Projeto está sendo bem rigoroso com as contratações feitas.

A *Gerente do Projeto PCB Responsável* apresentou os dados da destinação da substância foram extraídos do [SINIR PCB](#), sendo referentes ao período de 1984 até 2024, conforme disposto na tabela a seguir:

Tecnologia de destruição (Brasil)	Valor de Massa (Brasil) – toneladas
1. Substituição do fluido	663,65
2. Descontaminação com solvente	6.074,18
3. Desalogenação	208.019,53
4. Destruição térmica	8.135,34
5. Outras	29.602,80
6. Informação não conhecida	332,27
Total	252.827,78

A *Gerente do Projeto* destacou que as informações disponíveis abrangem um universo no qual não era, ainda, obrigatório reportar os dados sobre a destinação de PCB.

O *representante da Fundação Grupo Esquel Brasil, Rubens Born*, questionou a cobertura geográfica do projeto.

A *Gerente do Projeto PCB Responsável* falou que este é um desafio, mas informou que o projeto conta com uma unidade móvel de descontaminação. Falou que, no início do projeto, foi feito um estudo técnico sobre essa questão, e foi constatada a dificuldade de acesso a algumas localidades onde há PCB, porém reforçou que o objetivo é apoiar a destinação de PCB em todo o país.

A *representante da Toxisphera, Zuleica Nycz*, questionou se há como saber, a partir dos dados apresentados, a localização das empresas destinadoras de PCB e quem escolheu a tecnologia. A *Gerente do Projeto PCB Responsável* falou que os dados presentes no SINIR PCB não trazem a informação de localidade. Quanto à tecnologia escolhida, explicou que para as empresas não é interessante, do ponto de vista econômico, e considerando o prazo para eliminação do PCB, trazer novas tecnologias de destinação dessa substância para o Brasil, sendo necessário trabalhar com o que existe no país.

O *representante da ACPO, Jeffer Castello Branco*, demonstrou preocupação com os testes de queima aplicados quando da avaliação dos incineradores. Sugeriu a utilização de testes que analisem não apenas as chaminés, mas todas as emissões dos incineradores. Solicitou, se possível, o detalhamento das tecnologias utilizadas e dos testes feitos.

A *Gerente do Projeto PCB Responsável* explicou que não é possível extrapolar estes dados a partir das informações disponibilizadas pelas empresas.

Foi questionada a possibilidade da exportação de PCB para destruição fora do país. A *Coordenadora-geral de substâncias químicas do MMA, Camila Boechat*, explicou que, conforme a convenção de Basileia, da qual o Brasil é signatário, a operação de exportação de poluentes orgânicos persistentes (POPs) deve ser utilizada em último caso.

O *Coordenador da Conasq* precisou ausentar-se momentaneamente da reunião, ficando a condução a cargo do *vice-coordenador, o representante do Ministério da Saúde, Aristeu Júnior*.

8.4 Projeto GEF Emissão de mercúrio por cimenteiras

O *vice-coordenador da Conasq* informou que uma equipe de consultores foi contratada; o projeto está passando da fase preparação para a fase de execução, sendo previsto um workshop de validação da fase de implementação do projeto para o mês de maio. A equipe se reúne semanalmente para discutir o andamento dos trabalhos.

9. Informes:

9.1 Planilha de Acompanhamento do GFC

A *Diretora de Qualidade Ambiental do MMA, Thaianne Resende*, foi convidada para fazer o informe.

A *Diretora* explicou que o Marco Global de Substâncias Químicas (Global Framework on Chemicals – GFC) é um tratado não vinculante do qual o Brasil participa. Envolve todos os setores – governo, indústria, academia e sociedade civil – na sua implementação.

Sinalizou a necessidade da colaboração de todos.

Nesse contexto, foi encaminhada no dia 10 de dezembro uma planilha de acompanhamento do GFC, com prazo para devolutiva em 03 de fevereiro. No dia 14 de janeiro a planilha foi novamente encaminhada, porém o MMA não recebeu nenhuma contribuição. A planilha foi encaminhada uma terceira vez, no dia 24 de fevereiro, juntamente com um convite solicitando preenchimento. O novo prazo para devolutiva é 20 de março.

A planilha foi brevemente projetada e apresentada aos membros da Conasq, que puderam fazer questionamentos e dirimir dúvidas.

A *Diretora* solicitou a colaboração de todos para a implementação do tratado, enfatizando a importância da colaboração da sociedade civil e do setor privado. Falou que a equipe do MMA está à disposição para auxiliar no preenchimento e sanar dúvidas.

O *representante do Ibama, Carlos Tonelli*, reforçou o pedido. Falou que muitos dos assuntos discutidos no âmbito da Conasq ou em outros acordos internacionais ressonam com as pautas do GFC. Disse que as informações da planilha servirão como subsídio para a tomada de decisão no futuro.

9.2 Chumbo em tintas

A *Coordenadora-geral de substâncias químicas do MMA, Camila Boechat*, foi convidada para fazer o informe.

Falou que na 3ª Reunião Ordinária da Conasq foi decidido que a Secretaria-Executiva agendaria uma reunião paralela para tratar dos pontos de preocupação do PL 3.428/2023, que fixa limites de chumbo em tintas. No dia 14 de fevereiro foram encaminhados dois documentos às instituições que manifestaram interesse em fazer parte do debate: uma análise comparativa entre o PL 3.248/2023 e o AntePL que havia sido elaborado no âmbito da Conasq em 2017/2018; e um documento com as sugestões de aprimoramento do MMA ao PL.

Os interessados puderam mandar suas propostas de alteração de redação e uma reunião foi agendada para discutir o assunto no dia 03 de fevereiro.

Durante a reunião, debateu-se o que precisava ser aprimorado no PL. Foi consenso que o art. 4º, que trata das penalizações, precisava de ajuste de redação. Houve divergência quanto aos demais artigos e, por isso, foi estabelecido um novo prazo para envio de comentários: 14 de fevereiro.

A *Coordenadora-geral de substâncias químicas do MMA* lembrou que, como o PL já estava em tramitação no Congresso, o objetivo seria propor apenas alterações de redação, que não fizessem com o que processo tivesse que ser reiniciado.

As sugestões recebidas foram apresentadas para a Plenária.

O *representante da CNI, Wanderley Baptista*, sinalizou que precisaria ouvir o posicionamento do setor antes de apoiar qualquer proposta que pudesse sair da Comissão. Disse que o setor deveria ser convidado para o debate.

A *Diretora de Qualidade Ambiental do MMA, Thaianne Resende*, informou que os representantes do setor foram convidados para a reunião, mas não puderam comparecer devido a outro compromisso.

A *representante da Casa Civil, Fernanda Pirillo*, falou que as reuniões sobre o tema são interessantes para entender a opinião do grupo sobre a proposta, mas que, a Conasq não poderia apresentar uma proposta ao Congresso como Governo Federal; explicou que isso precisaria ser alinhado com a Secretaria de Relações Institucionais (SRI).

Foi decidido que os interessados se reuniram mais uma vez para continuar trabalhando na proposta de texto. O *representante da ACPO, Jeffer Castello Branco*, solicitou sua inclusão nos debates sobre o tema.

9.3 Processo de elaboração do Inventário de Emissões de Mercúrio (MMA)

A *Diretora de Qualidade Ambiental do MMA, Thaianne Resende*, foi convidada para fazer o informe.

A *Diretora* falou que a equipe técnica está coletando as informações necessárias junto às associações e grupos relevantes, mas ainda enfrenta dificuldades para obter dados específicos sobre carvão, gás natural, biomassa, clínquer de cimento, cal, asfalto, incineração e queima de resíduos.

A *Coordenadora-geral de substâncias químicas do MMA, Camila Boechat*, falou que alguns ofícios foram enviados para associações, para obter dados sobre emissões. Esses dados serão utilizados no preenchimento do *toolkit*, que calculará as emissões de mercúrio de cada setor. Será necessária ajuda do GT-Minamata.

A Diretora de Qualidade Ambiental do MMA, Thaianne Resende, informou que seria encaminhado um ofício aos membros do GT, com instruções de como cada instituição poderia contribuir com a construção do inventário.

9.4 Projeto SIP de Mercúrio

A Diretora de Qualidade Ambiental do MMA, Thaianne Resende, foi convidada para fazer o informe.

O Projeto SIP foi aprovado no board do Specific International Programme (SIP) durante sua décima reunião. No total, 36 candidaturas foram submetidas e 29 delas foram consideradas elegíveis. O projeto foi construído no âmbito da Conasq, com a colaboração dos membros do GT-Minamata.

9.5 Projeto Cloro-álcalis

O vice-coordenador da Conasq informou que o MMA já recebeu a carta de endosso. O projeto está em processo de submissão ao GEF.

9.6 Reciclagem química de plásticos para uso do material reciclado em alimentos

A representante da TOXISPHERA, Zuleica Nycz, falou que, conforme encaminhado na 2ª Reunião Ordinária, houve reunião entre a sociedade civil e o a Anvisa para tratar da reciclagem química de plásticos para uso do material reciclado em alimentos em novembro de 2024. Comentou que após a reunião encaminhou materiais sobre o assunto para a equipe da Agência, e que gostaria de nova reunião para ter um feedback sobre a análise feita.

O MMA se comprometeu a agendar a reunião.

Em não havendo nenhuma outra questão a tratar, a reunião foi encerrada.

10. Resumo dos Encaminhamentos:

- 1) A Secretaria Executiva da Conasq enviará ofícios aos membros da Comissão, para que possam manifestar interesse em compor o GTP P2R2 e o GT Substâncias Químicas em Plásticos, indicar representantes e sugerir instituições/entidades para serem convidadas a colaborar com as discussões dos GTs;
- 2) A Secretaria Executiva da Conasq verificará a possibilidade de enviar a minuta de Decreto do PRONARA para os membros da Comissão;
- 3) A Secretaria Executiva da Conasq articulará nova reunião entre os representantes que manifestaram interesse em participar da atividade de análise comparativa entre o AntePL de chumbo em tintas e o PL 3.428/2023 para identificar questões pontuais que precisem de ajuste;
- 4) A Secretaria Executiva da Conasq articulará reunião bilateral entre representantes da sociedade civil e Anvisa sobre a reciclagem química de plásticos.

503
504
505

ANEXO
FLUXOGRAMA DE PRAZOS DA MINUTA DA RoHS BRASILEIRA

